



OS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO REMOTO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA¹

Izaura Maria de Andrade da Silva²
Dina Pereira de Melo³
Maially Bernardo Mendonça⁴

RESUMO

Este artigo versa sobre a situação social, econômica e educacional de estudantes com deficiência visual na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no contexto do ensino remoto. A pandemia do coronavírus impôs uma reestruturação radical sobre a forma de ensino e trabalho desde março de 2020. As tecnologias, agora viraram a única via de acesso aos estudos. O problema é a dimensão de seu acesso e manuseio, somados ao fato de as pessoas estarem sozinhas para esta descoberta. Esta pesquisa foi realizada com 16 estudantes com deficiência visual matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação da UFPB, mediante a aplicação de questionários, a fim de saber seu perfil socioeconômico e os desafios para lidar com a nova modalidade de ensino. Os resultados revelaram que a escassez de tecnologias adequada, a falta de um ambiente apropriado e a ausência de acessibilidade, principalmente no ensino remoto, impactam decisivamente sobre rendimento e aprendizagem dos estudantes com deficiência visual. Contudo, a sensibilidade dos professores e demais estudantes em perceber as demandas específicas e em oferecer o suporte pedagógico necessário, somada à determinação que move cada um em torno do desejo de seguir com os estudos, são a força motriz incapaz de derrubá-los ante as adversidades.

Palavras-chave: Estudante com deficiência visual, ensino superior; acessibilidade.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa que tem como objetivo verificar os aspectos ambientais e pessoais que possibilitam a permanência e a aprendizagem de estudantes com deficiência visual matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação no campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Como objetivos específicos identifica as estratégias de ensino que têm como finalidade apontar as barreiras pedagógicas no processo

¹ Este trabalho contou com apoio financeiro da chamada nº 03/2020 Produtividade em Pesquisa PROPESQ/PRPG/UFPB PVD 13546-2020

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais

³ Mestra em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba

⁴ Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba



educacional por eles enfrentadas, assim como traçar o perfil do estudante com deficiência visual dos cursos da instituição. Desse modo, esse artigo trata de um recorte de um estudo mais amplo que abordará o conjunto de características que retratam a realidade dos estudantes com deficiência visual da UFPB e os desafios decorrentes do contexto do ensino remoto.

Quem são os estudantes com deficiência visual que frequentam os cursos da UFPB? Qual o seu perfil econômico, social e educacional? Quais os principais desafios para a sua permanência e aprendizagem na universidade no contexto do ensino remoto? São perguntas que buscaremos responder neste trabalho.

O movimento pela inclusão social da pessoa com deficiência tem avançado no País, com a inserção de suas propostas na legislação, que passou a garantir um sistema educacional inclusivo. Por meio do sistema das cotas, o acesso à universidade, antes restrito à elite, passou a dar oportunidade a pessoas de classes sociais menos favorecidas, a negros, indígenas e pessoas com deficiência.

A universidade precisou se adequar para dar resposta à diversidade, agora, presente em seu meio: superar a prática de um ensino com características homogêneas e seletivas que não reconhece as demandas específicas advindas de estudantes pobres, negros, indígenas e pessoas com deficiência; investir em práticas heterogêneas e que promovam a cooperação e a diversidade. Para isso é necessária uma mudança estrutural, que passa por questões financeiras, arquitetônicas, curriculares, de gestão e prática pedagógica.

Em março de 2020, a educação teve que se adequar em vista das modificações oriundas da necessidade de isolamento social por causa da pandemia da covid-19. O Ministério da Educação estabeleceu ações de flexibilização do ensino a partir da portaria nº 343/2020, que rege a substituição das aulas presenciais por aulas remotas mediadas por tecnologias digitais (BRASIL, 2020) e da medida provisória número nº 934/2020 que antevê, entre outras questões, a flexibilização da obrigatoriedade de 200 dias do ano letivo de trabalho no ambiente educacional. Diante desse contexto, as relações pedagógicas entre aluno e professor foram reformuladas. (SUGAHARA; FERREIRA; BRANCHI, 2021).

Em virtude do atual momento de pandemia, o uso das tecnologias se consolidou como alternativa de acesso ao ensino e ao trabalho. A urgência da utilização das tecnologias para comunicação e trabalho gerou dificuldades de uso. Nesse sentido, para muitos estudantes com deficiência, a falta de habilidade e de instrumentos tecnológicos impossibilitou a realização de atividades acadêmicas. É relevante destacar que a permanência desses estudantes nas instituições de ensino precisa possibilitar independência e autonomia.



Selau, Damiani e Costas (2017, p. 434) destacam que a identificação da presença de estudantes cegos nas instituições de ensino é fundamental para a revisão de estratégias de inclusão que gerem a permanência desses estudantes. Em se tratando do ensino remoto, essa atenção torna-se extremamente necessária, pois muitos não tiveram oportunidade de se ambientar a tempo às plataformas de ensino virtual. Os seus apoiadores devido à pandemia, não estavam mais perto para oferecer o suporte necessário.

No ambiente de ensino transformado se ampliaram as barreiras para os estudantes com deficiência, e mais do que nunca se faz necessário a garantia de acessibilidade, para viabilizar a inclusão desse público no ensino remoto.

Este estudo está direcionado para os estudantes com deficiência visual no Ensino Superior na modalidade de ensino remoto. Quem são esses sujeitos: os estudantes com deficiência visual - ⁵aqueles com comprometimento parcial ou total da visão, de origem congênita ou adquirida, sendo classificados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como pessoas com baixa visão ou cegueira. A baixa visão, ou visão subnormal, pode ser leve, moderada, severa, profunda ou próxima da cegueira e compensada com o uso de lentes de aumento, lupas, telescópios, bengalas-guias ou demais recursos ópticos ou pedagógicos. Já a pessoa cega pode distinguir luz, vultos e sombras ou ter perda total da visão e dependerá, obrigatoriamente, de uma bengala ou cão-guia e reabilitação para poder exercer a sua vida com autonomia tanto dentro como fora de casa. Elas necessitam do sistema *braille* para ler e escrever; utilizam recursos de voz para acessar programas de computador, locomovem-se com a bengala e precisam de treinamentos de orientação e de mobilidade (AMPUDIA, 2011).

Na UFPB, os estudantes com deficiência visual são atendidos pelo Núcleo de Educação Especial (NEDESP). Com 31 anos de fundação, o núcleo está situado no Centro de Educação do campus I, e possui serviços de adaptação, transcrição, impressão em alto relevo, manuseio de tecnologias assistivas e cursos de capacitação em iniciação ao Braille, orientação e mobilidade, audiodescrição e outras especialidades. Os estudantes cegos e com baixa visão recebem, também, suporte do Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência, implementado

⁵ Deficientes visuais são uma denominação que abrange pessoas cegas (quem não enxerga nada ou tem percepção de luz e vultos, compreendendo de 0 até 5% do sentido) e com baixa visão (BV). A baixa visão, ou visão subnormal, contempla o público com acuidade visual (AC) de 20/80 até 20/2.500, ou que tem entre 5% a 30% do sentido preservados. Divide-se em “moderada”, “severa”, “profunda” e “próxima à cegueira”. Em termos práticos, significa que o que um vidente total (AC=20/20) enxerga a 10 metros de distância, quem tem AV=20/200 (BV severo) só verá a um metro (20/200: 20/20=1). A pessoa necessariamente precisará de recursos adaptativos, a depender do seu grau de comprometimento e doença



pelo Comitê de Inclusão e Acessibilidade e Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE).

O aluno apoiador (pessoa sem deficiência), que passa por um processo seletivo regulado por um edital, presta apoio ao estudante mediante o pagamento de uma bolsa, tendo como base suas necessidades específicas. Atuam como audiodescritores, realizando a tradução de figuras, tabelas, gráficos e também como leitores e transcritores de provas; colaboram no acesso ao Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas, (SIGAA), entre outras funções de suporte pedagógico. No ensino remoto esse acompanhamento ficou mais desafiador em razão do distanciamento entre aluno apoiador e apoiado.

2 MÉTODO

Para alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa de campo, com o enfoque na abordagem qualitativa, do tipo analítica. A pesquisa analisa a adesão dos estudantes com deficiência visual ao ensino remoto durante o período de isolamento social. O contato foi realizado por whatsapp, e-mail e formulário eletrônico do google.

Em princípio, a estimativa era de 23 estudantes participantes, mas apenas 16 aceitaram participar da pesquisa. Os critérios de inclusão envolveram todos os estudantes de ambos os sexos, cegos, com baixa visão ou surdocegos matriculados nos cursos da UFPB e vinculados ao núcleo. Os critérios de exclusão estão relacionados aos estudantes com deficiência visual que estão matriculados na UFPB, mas não estão vinculados ao NEDESP. A exclusão desse grupo é em razão da dificuldade de acesso a estes estudantes. Os estudantes com deficiência visual matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA), apesar de atendidos também pelo Nedesp, não foram contemplados, pois o público-alvo do estudo de estudo foram os graduandos.

Os benefícios dizem respeito à sistematização de informações que podem contribuir para aprimorar a prática pedagógica desenvolvida nos cursos da UFPB, como também servir de parâmetro para os gestores elaborarem políticas que facilitem a permanência, a aprendizagem e a participação discente no Ensino Superior.

Os instrumentos para a coleta de informações se basearam nos questionários estruturados para a tabulação dos dados. As categorias de análise do perfil do estudante com deficiência visual foram raça, natureza da deficiência visual, gênero, naturalidade, renda, perfil socioeconômico e processo de formação escolar até chegar ao Ensino Superior, como também informações relativas ao acesso ao ensino remoto. Os estudantes foram denominados nesses

trabalhos com a sigla E1, E2 e assim por diante de acordo com a ordem de respostas no questionário

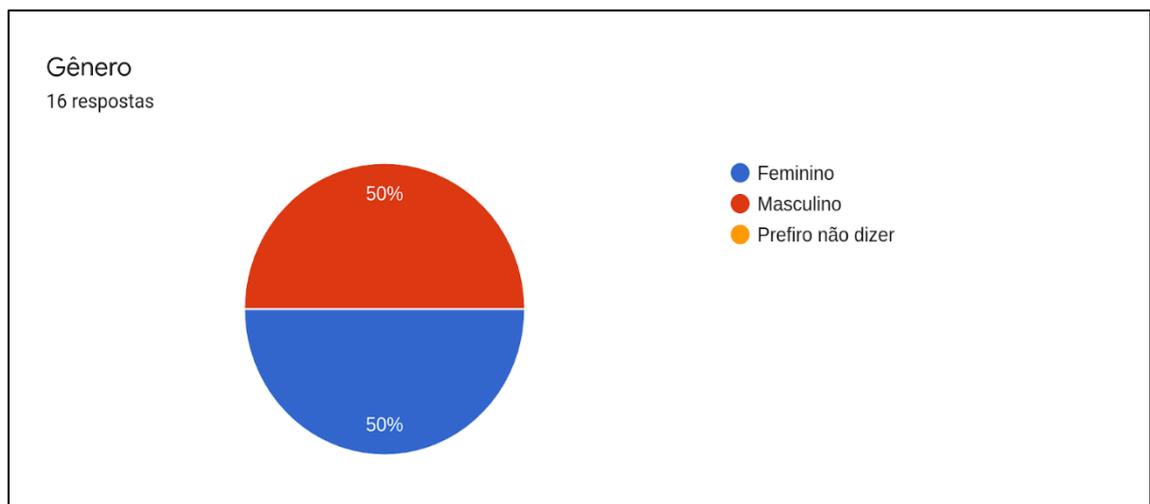
Os aspectos éticos foram considerados; o projeto foi avaliado pelo comitê de ética aprovado sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE): 43185221.20000.5188 e todos os envolvidos foram consultados se consentiriam ou não participar da pesquisa por meio do termo de livre consentimento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O principal objetivo deste artigo é dar a conhecer o perfil dos estudantes cegos e com baixa visão que estão matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação da UFPB. Essas informações possibilitarão traçar políticas e estratégias de ensino que venham a colaborar com a sua permanência e a aprendizagem na universidade. Como esse ano de 2021 foi atípico, por causa do ensino remoto, esse estudo vai apresentar também os desafios vivenciados pelos estudantes nessa modalidade de ensino.

A metade dos estudantes com deficiência visual pesquisados é do gênero feminino e outra do gênero masculino, o que indica igualdade de condição de acesso para ambos.

Gráfico 1 - Dados representando o gênero dos participantes da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

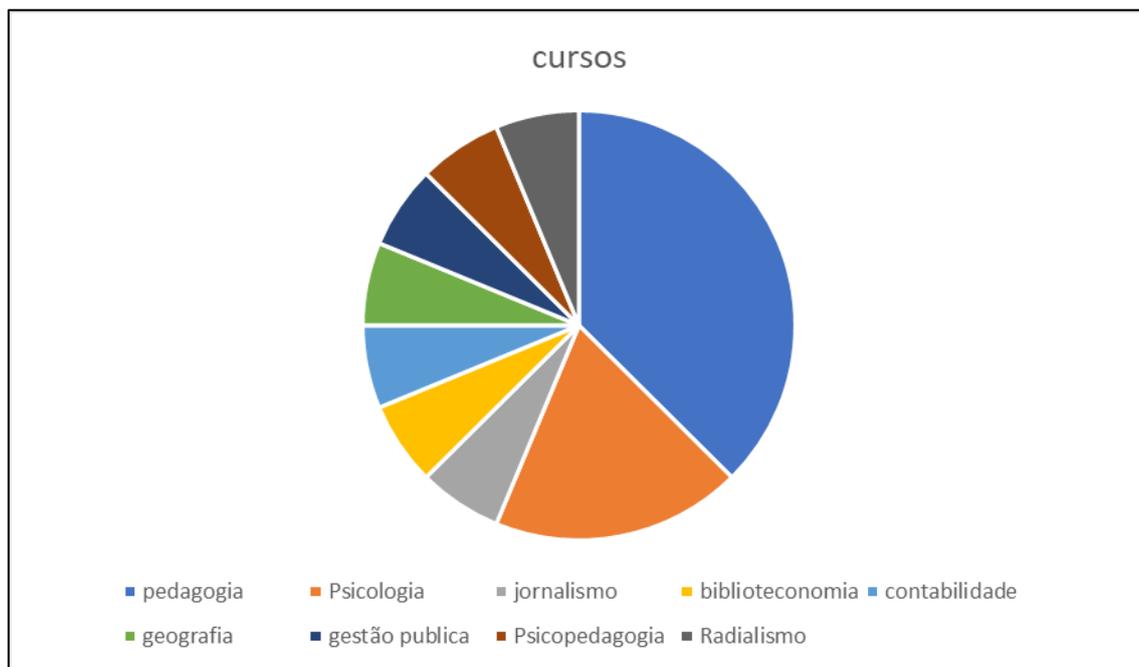
No que diz respeito à raça/cor, os dados nos mostram que o maior número responde por estudantes pardos (43,8%), seguidos pelos brancos (37,5%), pretos (12,5) e albinos (6,3%).

A maioria dos estudantes pesquisados são cegos (68,8%) e apenas 31,3% têm baixa visão, o que vai de encontro aos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) que contabilizam 6,5 milhões de pessoas com deficiência visual, sendo que 506 mil têm perda total da visão (0,3% da população) e 6 milhões, grande dificuldade para enxergar (3,2%). O que nos revela um fenômeno curioso: ao passo que, no Brasil, a população com baixa visão supera em 11 vezes a dos cegos, na nossa pesquisa ela responde por 31,3% dos estudantes com deficiência visual, o que denota a ascensão educacional dos cegos no Ensino Superior.

O percentual de pessoas com deficiência visual adquirida é 56,3% maior do que as pessoas com deficiência visual congênita.

Os cursos frequentados são Pedagogia (6), Psicologia (03), Radialismo (01), Jornalismo (01), Biblioteconomia (01), Psicopedagogia (01), Ciências Contábeis (01), Gestão Pública (01) e Doutorado em Geografia (01). A predominância das matrículas está na área das ciências humanas e no curso de pedagogia. Como aponta o gráfico 2.

Gráfico 2 - Dados representando os cursos dos participantes da pesquisa

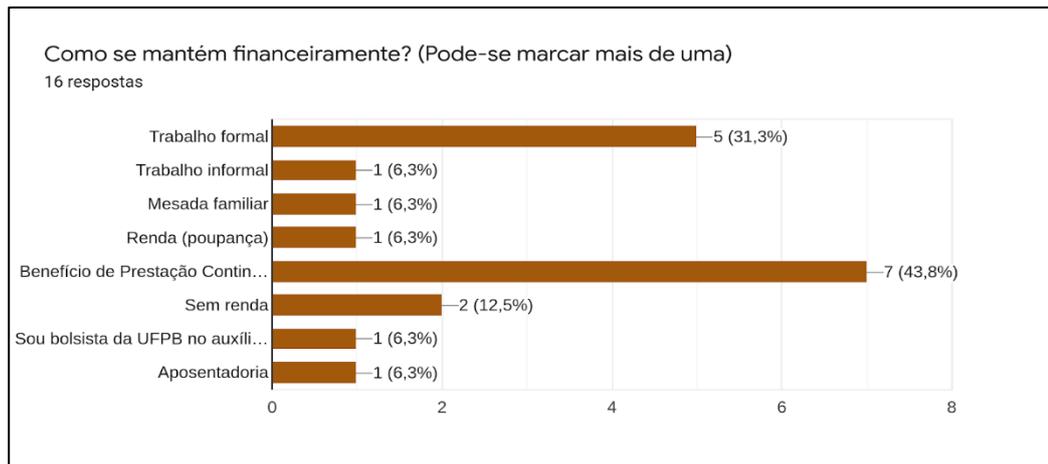


Fontes: dados da pesquisa, 2021

A maioria dos estudantes pesquisados ingressou na universidade por meio de cotas para pessoas com deficiência, assinalando a importância da reserva de vagas para acesso desse grupo nas instituições de ensino superior. No que diz respeito ao perfil socioeconômico dos estudantes, 43,8% declararam receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC), em que, para se fazer jus, a renda per capita do núcleo familiar deve ser inferior a um quarto do salário

mínimo vigente; 12,5% dos estudantes afirmam não possuir nenhuma renda e 6,3% atuam no trabalho informal e somente 31,3% são trabalhadores formais, o que denota que, além das dificuldades decorrentes da deficiência, os estudantes enfrentam adversidades econômicas.

Gráfico 3 - Dados representando o perfil socioeconômico dos participantes da pesquisa.



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Muitas das barreiras identificadas pelos estudantes com deficiência visual são comuns a todos os estudantes em decorrência da precariedade das condições econômicas: a ausência de tecnologia adequada para acesso à aula (computadores, internet rápida) e falta de um ambiente adequado para o estudo. Os estudantes pesquisados indicaram como dificuldade para o acesso ao ensino remoto:

Conseguir acompanhar as aulas por uma tela pequena, não ter um local adequado para os estudos e a falta que faz um computador. (E1)

Aulas em casa, dificuldade de escutar o professor, internet cair às vezes (E14)

Dos 16 estudantes pesquisados, 8 apontaram que possuem apenas o celular para desenvolverem as atividades acadêmicas no ensino remoto, reforçando, o fator das barreiras tecnológicas destacadas pelos estudantes alguns relataram, a respeito das dificuldades com alguma disciplina específica, as que apresentam maior relação com o uso de plataformas digitais e tecnologias:

A disciplina de tecnologia da educação. Por conta dos recursos tecnológicos mais avançados, como a realidade virtual, não serem acessíveis para pessoas cegas (E6)



Educação em tecnologia: pelos desafios das atividades impostas nas quais consegui executar pelo fato de ser algo novo (E8)

Assim, nota-se que, embora essas dificuldades sejam de muitos estudantes, para os que têm deficiência visual se tornaram um desafio ainda mais acentuado, necessitando mais do apoio e sensibilidade dos docentes em possibilitar uma compreensão mais clara, dos conteúdos estudados.

O Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas, (SIGAA) é a principal ferramenta de administração da vida acadêmica do estudante na retomada, em modo remoto, das atividades de ensino. No entanto, na UFPB, mesmo no período presencial, esse sistema não era totalmente acessível ao estudante com deficiência visual. Situação que é agravada agora com o ensino remoto. E acerca dos desafios do ensino remoto, E14 destaca:

Pesquisar, acessar e encaminhar material (E14)

Associada à essa dificuldade de ingresso no Sistema de gestão acadêmica da universidade está o já mencionado acesso às plataformas,

*Acessibilidade as plataformas, o leitor de tela não leem as apresentações no Google meet (E1)
o uso de forma independente das plataformas, mesmo com auxílio de leitores de telas.*

O problema de acesso às apresentações na plataforma poderia ser minimizado, como aponta um dos entrevistados, por meio do envio com antecedência dos slides das aulas pelo professor.

Além disso, os professores poderiam adotar algumas práticas simples que auxiliam na compreensão das apresentações em aulas, como aponta Salau, Damiani e Costas (2017, p. 433). Muitos têm inseguranças e essas inseguranças podem fazer com que “[...] não conversam com eles; não lêem em voz alta ou ditam o conteúdo que é escrito na lousa; no decorrer da aula não tentam desenvolver sua sensibilidade, de modo a identificar as necessidades dos estudantes cegos”. Assim, esses problemas poderiam ser amenizados com práticas que pensassem os pontos destacados anteriormente.

Além das barreiras tecnológicas, os estudantes com deficiência visual enfrentam barreiras atitudinais, a falta de sensibilidade, compreensão dos colegas e dos docentes, como também o despreparo de alguns professores:

Dificuldades relacionadas à conexão de internet, e à falta de engajamento dos professores em incluírem o aluno com necessidade especial. (E6)



Lidar com alguns professores. Às vezes a internet não funciona (E7)

É muito triste ver colegas com preconceito e ainda existem também alguns professores que não entendem as deficiências e não sabem como ajudar. É muito frustrante chegar em uma universidade e saber que as pessoas que estão ali ainda têm um pensamento fechado e preconceituoso, pois por ser um lugar de muito conhecimento pensamos logo que as pessoas que estão ali sabem o que é respeito e inclusão social (E1)

[...] também tive algumas dificuldades simplesmente de entendimento de alguns conteúdos e também alguns docentes não tinha a compreensão de saber ensinar um discente com deficiência visual dentro do campus da universidade (E4)

Observa-se como a formação continuada para professores é essencial, pois muitos não se sensibilizam para prestar um ensino de melhor qualidade para seus estudantes com deficiência e outros sentem-se inseguros pela falta de preparo e estratégias para ensinar esses estudantes. Como destacado por um dos entrevistados (E1), “[...] a universidade, por ser um espaço de grande diversidade, estudos e pesquisas, os profissionais que estão no papel de docente precisam reavaliar suas práticas de ensino para que todos os estudantes se sintam incluídos, independentemente de sua condição ou contexto atual”.

Todavia, não são apenas pontos negativos destacados. Há também o reconhecimento de fatores que contribuíram para a permanência e a aprendizagem:

O apoio dos colegas e professores (E5)

colaboradores que me proporcionam suporte (apoiadores do CIA e o auxílio do NEDESP) (E7)

[...] os apoios que a Universidade oferece através do Núcleo de Educação Especial e do Comitê de Inclusão e Acessibilidade, estes por sua vez têm o objetivo de contribuir para o aluno com deficiência através da inclusão no ambiente e nas aulas, eles dão todo o apoio necessário também quando faltam materiais pedagógicos como, a reglete e punção, em resumo assim eles contribuem com o apoio devido a pessoa com deficiência. Outro fator é a compreensão de alguns professores e alguns alunos e também a motivação que trazem. (E15)

Percebe-se que a rede de apoio é essencial para o processo de inclusão, pois os estudantes com deficiência encontram dificuldades e barreiras pedagógicas no Ensino Superior e, muitas vezes, têm que lutar pelos seus próprios direitos. Então, o apoio dos professores e colegas, como também da instituição, por meio do Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência, juntamente com o NEDESP, faz toda a diferença no processo de ensino e aprendizagem, consequentemente, interfere nas suas motivações de permanência nos cursos.

4. CONSIDERAÇÕES



Os resultados da pesquisa confirmam estudos já realizados sobre as barreiras no acesso e permanência de estudantes com deficiência visual no Ensino Superior, Segundo Selau; Damiani; Costas, (2017) as principais barreiras são as atitudinais, que estão relacionadas com as concepções equivocadas sobre deficiência de professores e colegas que levam a atitudes e ações discriminatórias, expressas pela falta de interesse em relação ao trabalho pedagógico voltado ao estudante com deficiência visual; e à insegurança na relação pessoal com esse sujeito.

Além das dificuldades apresentadas em estudos anteriores, a pesquisa identificou demandas específicas oriundas do ensino remoto. Essa modalidade de ensino demanda uma atenção maior quanto ao uso das tecnologias e de estratégias pedagógicas que possibilitem a todos o acesso ao conhecimento.

Os estudantes com deficiência visual possuem necessidades específicas que precisam ser consideradas pela instituição e, principalmente, pelo docente no planejamento, execução e avaliação de suas aulas, possibilitando autonomia para que esses estudantes desenvolvam suas atividades de forma independente sem tantas dificuldades. Além disso, notou-se que a ausência de tecnologias adequadas e a falta de um ambiente apropriado, principalmente no ensino remoto, impactam decisivamente sobre o seu rendimento e aprendizagem.

Contudo, a sensibilidade dos professores e demais estudantes em perceber as demandas específicas e em oferecer o suporte pedagógico necessário, somada à determinação que move cada um em torno do desejo de seguir com os estudos, são a força motriz incapaz de derrubá-los ante as adversidades.

O perfil dos estudantes com deficiência visual revela que a maioria pertence à classe D, oriunda da escola pública e que enfrenta problemas em relação ao acesso às tecnologias para o aprendizado. O que mostra a importância de políticas que viabilizem o acesso à tecnologia, por exemplo, através de empréstimos de notebooks e gravadores, linha braille, entre outros recursos.

Mas, além de garantir os recursos tecnológicos para o acesso ao ensino, a universidade necessita sensibilizar e capacitar docentes, discentes e técnicos no sentido de superar práticas capacitistas e desenvolver ações que considerem as necessidades específicas dos estudantes com deficiência visual.

5 REFERÊNCIAS



AMPUDIA, R. O que é deficiência visual? Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/270/deficiencia-visual-inclusao>>. Acesso em: 08 de jul. de 2021.

BRASIL Medida provisória nº 934, de 01 de abril de 2020 **estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo de educação básica e do ensino superior decorrente das medidas para enfrentamento da situação saúde pública de que se trata guia lei número 13979 de 6 de fevereiro de 2020**. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>>. Acesso em: 08 de jul. de 2021.

BRASIL Portaria 343, de 17 de março de 2020 *dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aula em meio digitais enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - covid 19*. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-24856437>>. Acesso em: 08 de jul. de 2021.

SUGAHARA, C.; FERREIRA, D.; BRANCHI, B. **Ensino superior: aprendizagem de alunos com deficiência no ensino remoto em tempos de pandemia**. *Anais do I Congresso latino-americano de desenvolvimento sustentável*. <<https://www.eventoanap.org.br/data/inscricoes/7842/form2222251832.pdf>>. Acesso em: 09 de jul. de 2021.

SELAU, B.; DAMIANI, M. F.; COSTAS, F. A. T. Estudantes cegos na educação superior: o que fazer com os possíveis obstáculos? **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v.39, n.4, 431-440. 2017